

Novas Contribuições sobre a Comunicação Emocional e a Interação Interpessoal nos Grupos:

Resumo:

Este trabalho irá debruçar-se sobre alguns dos novos aportes conceptuais para a compreensão dos fenómenos da Comunicação Emocional e a Interação Inter-Pessoal dentro do enquadramento grupal através de recentes integrações de dados científicos provindos de diversas áreas de investigação, tais como, a Psicologia do Desenvolvimento Infantil, a Vinculação, a Auto-Regulação Emocional e os processos da Mentalização, como possíveis contributos para uma nova perspectiva neurodinâmica da Teoria Grupalítica.

Palavras-Chave: Comunicação Emocional, Emoções, Grupalítica, Interação Inter-Pessoal, Vinculação

Autor:

Mário David

Grupalista, Membro Efectivo da Sociedade Portuguesa de Grupalítica e da Group-Analytic Society (London)

Médico Psiquiatra e Especialista em Toxicoddependências e Alcoolismo

Correio electrónico: mjmmdavid@gmail.com

O autor gostava de lembrar de que o fundador da Grupalítica, S.H. Foulkes considerava que a técnica de fazer análises psicológicas em grupo passava por se exercerem efeitos sobre os participantes, naquilo que ele designou originalmente de “*treino do ego em acção*” (Foulkes, 1957) e também era necessário ocorrerem “*experiências emocionais correctivas*” na mesma perspectiva de F. Alexander e T. French (1949), tendo esta conceptualização sido reformulada por Dennis Brown, como “*o desenvolvimento do Self através da interacção subjectiva*” (Brown, 1994).

Aliás, em 1964, S.H. Foulkes já formulava o **poder do grupo** nos seguintes termos: “... *deriva das assunções que nós implicitamente fazemos, que é o carácter básico e não secundário da natureza social do homem, a existência de uma corrente constante de comunicação, verbal e não-verbal, consciente e não consciente, e de facto, de uma comunhão ou partilha de experiências*” (Foulkes, 1964, p.125). Para ele, os grupos psicoterapêuticos possuíam poderes intrínsecos e “naturais”, cujas forças provinham, por um lado desta profunda natureza social e sociológica dos grupos, e por

outro das situações de intensa interação que tornam a mente humana susceptível de significativas expansões de auto-consciência e de auto-conhecimento psíquicos.

Neste trabalho, o autor irá debruçar-se sobre a questão da natureza dos poderes intrínsecos e espontâneos dos grupos, tendo em conta, o manancial de novos dados neuro-científicos e de recentes integrações teóricas (Schore, 1994, 2003; Siegel, 1999) provenientes de inúmeras linhas de investigação científica em diversas áreas do conhecimento, nomeadamente, da **emocionalidade e sua auto-regulação, dos fenómenos empáticos, da psicologia do desenvolvimento ou dos modelos operatórios da Vinculação e da Mentalização**, aonde o autor considera terem ocorrido os impactos mais significativos sobre os novos entendimentos, como tais, as forças intrínsecas e espontâneas actuam em situações de grupos terapêuticos.

Os grupanalistas são aquelas pessoas que reflecte sobre “...*todos os processos, conscientes e inconscientes, intencionais e não intencionais, compreendidos e não compreendidos que operam entre as pessoas num grupo*” (Foulkes & Anthony, 1957, p.244) e eles são testemunhas das mais variadas dinâmicas de comunicações inconscientes (implícitas) e conscientes (explícitas), facilitadas pelas condições de intimidade, sigilo e abertura das sessões de grupanalise, possibilitando o surgimento de linhas de forças em que umas radicam nos próprios processos grupais e outras linhas de forças são derivadas dos relacionamentos precoces infantis, pois os analisandos sentem-se impulsionados a entrar inevitavelmente em comunicação entre si e a induzirem entre todos, o grupanalista incluído, os mais diversos estados mentais acompanhados por componentes afectivos e emocionais que são ilustrados por uma variedade de sinais não-verbais, apoiados por verbalizações mais ou menos espontâneas.

O autor, enquanto analista em situação grupal ele tem reparado por inúmeras ocasiões que os seus analisandos relacionam frequentemente as suas “*expansões*” de compreensão sobre as causas e os factores contributivos das suas problemáticas e conflitualidades, com certos momentos da comunicação ocorrida entre si, assim como com os impactos de certas e determinadas Intervenções/Interpretações do grupanalista.

O autor tem-se apercebido de que estas “*expansões*” do auto-conhecimento derivam essencialmente de elaborações mentais sobre certos estados psíquicos, pensamentos ou ideias que são muitas das vezes influenciados, não tanto por aquilo que lhes foi explicitamente transmitido, mas sim, por algo que eles terão partilhado a níveis não-conscientes da comunicação através de posturas, atitudes, olhares, sorrisos ou mesmo esgares na face activando fenómenos promotores do aumento da auto-consciência, da introspecção, da capacidade de auto-reflexão (reflexibilidade) e da meta-cognição, os quais suportam a capacidade e o exercício de algumas das funções mentais e dos mecanismos neuro-psíquicos, tais como, a empatia, o discernimento psicológico ou a introspecção mental, tão importantes, para as abordagens sobre os seus próprios Selves, de modos mais verdadeiros e criativos.

Para autores, como, J. Panksepp (1998), A.N. Schore (1994, 2003), D.J. Siegel (1999) ou V. Green (2003), estes **fenómenos não-conscientes da Comunicação**

ocorrem na interface entre os processos neuro-fisiológicos e a dinâmica das interações interpessoais e cujas vivências são as que mais influenciam a natureza pro-social do nosso cérebro, dado que os circuitos responsáveis pela percepção social são os mesmos ou estão profundamente conectados com aqueles que integram as importantes funções de controlo e criação de significados, regulação dos estados corporais, modulação das emoções, organização das Memórias e ainda as capacidades de Comunicação.

Em diversos estudos sobre a **Interação Interpessoal** em situações de proximidade física ou como é que uma mente consegue influenciar uma outra mente, eles apuraram ser através de diferentes modalidades de transferência de energia e de informação, em que a proximidade física, entre indivíduos, ela tem certos efeitos directos na modulação da actividade eléctrica em cada cérebro, em separado (McCraty e colab., 1998) ou de que existem “*reguladores escondidos*” ligados à estimulação táctil, ao calor humano, ao toque (Hoffer, 1994) e que são extremamente importantes nos relacionamentos pais-filhos (Sapolsky, 1997). Noutros estudos a distâncias físicas superiores, revelou-se a existência de influências na actividade e no desenvolvimento cerebrais através, tanto de vias verbais, como não verbais das respostas comportamentais, as quais funcionariam tanto como sinais específicos, como sinais inespecíficos. Por exemplo, as palavras e os componentes prosódicos não-verbais do discurso, eles contêm informação que criam **processos representacionais** dentro da mente do receptor e outros sinais não-verbais como, o tom de voz, os gestos ou o próprio tempo de resposta, eles têm um impacto directo nos centros de validação socialmente sensíveis do cérebro. A expressão destes elementos emocionais dos sinais sociais serve para activar os mesmos circuitos que medeiam as respostas emocionais no receptor, a orientação da atenção, a apreciação dos significados e o desenvolvimento da excitação.

Portanto a **experiência interpessoal** é uma das forças significativas na modelagem da estrutura e das funções do cérebro e que os **relacionamentos interpessoais** podem facilitar ou inibir esta tendência ao serem integrados em trocas coerentes e espontâneas de comunicação, sendo os **padrões de relacionamento e de comunicação emocional**, os que afectam directamente o desenvolvimento do cérebro, tanto nos animais superiores (mamíferos), como nos humanos. As pesquisas na área das neurociências afectivas sugerem que a emocionalidade serve como um processo organizador central do cérebro.

Pensa-se que esta **comunicação emocional** seja um dos meios primários através dos quais as experiências de vinculação e outras dinâmicas relacionais precoces modelem as estruturas que criam as representações e que permitem uma visão coerente do Mundo ou dito de um outro modo, são as **experiências interpessoais**, as que influenciam directamente a maneira como nós construímos mentalmente, a nossa “Visão do Mundo e da Vida”.

Numa extensa revisão sobre a neurobiologia do desenvolvimento emocional, realizada e publicada por Allan N. Schore (1994, 2003), este afirma que ao nascermos, nós não somos capazes de regular sozinhos os nossos corpos e os nossos estados

mentais, sendo esta regulação inicialmente conseguida, essencialmente através de uma designada “*comunicação emocional*” através de fenómenos de “*alinhamento dos estados mentais*” e da sua resposta aos padrões parentais através de uma “*internalização*” em que o sistema neuronal da criança será modelado pelo cérebro maduro da figura parental ou de um cuidador significativo.

Esta **comunicação emocional** é dependente de sequências de comunicação que deverão ser espontâneas, isto é, existiram em momentos de “*sintonia emocional*” ou de “*alinhamento dos estados mentais*” e que são alternados com “*outros momentos de dis-sintonia ou não-alinhamento*” entre o cuidador e a criança, aonde se podem manifestar as proibições e os interditos, os quais também fazem parte da aquisição de uma saudável capacidade de auto regulação dos estados mentais.

O córtex cerebral que joga um papel crucial na regulação afectiva é o **córtex órbito-frontal**, uma zona cerebral situada logo atrás dos olhos e localizada num ponto estratégico no topo do sistema emocional límbico, junto ao córtex associativo que é responsável pelas formas de pensamento e pelos níveis de consciência. O **córtex órbito-frontal** joga um papel crucial na regulação afectiva e é particularmente sensível á comunicação “face a face” e ao contacto visual e é através desta sintonização afectiva que se estabelece na interacção criança-cuidador que se reflectem em alterações nos estados emocionais internos. Pois o que é sintonizado são os **estados psico-biológicos** dos participantes destes pares inter-actantes (Schore, 1994).

Por seu lado, Daniel J. Siegel (1999) refere-se a este **alinhamento dos estados mentais**, como podendo ser, ora um processo unívoco no qual os estados de um indivíduo se alteram para a fim de se compatibilizarem e se anteciparem aos estados do Outro, ora um processo bilateral envolvendo as movimentações de cada membro da díade. Tais alinhamentos devem ocorrer frequentemente, mas não necessariamente sempre. Também esta **sintonização afectiva** requer **momentos de não-alinhamento**, isto é, quando ela não se está a tentar fazer directamente a coincidência ou antecipação dos estados mentais de cada um dos participantes.

Estes processos estão envoltos noutra processo ainda mais amplo, designado de **ressonância emocional**, o qual continua após o **alinhamento dos estados mentais** ter parado. Este sistema fundamental de avaliação cerebral ajuda o cérebro a organizar o seu auto-funcionamento, sendo a regulação das emoções, a essência desta auto-organização, uma das vias fundamentais através das quais os sistemas mentais complexos funcionam e as possíveis consequências de cada actividade mental organizam-se em estados mentais, os quais deverão gerar um conjunto coesivo de processos que são orientados por objectivos. Esta auto-regulação encontra-se ligada a aspectos nucleares do Self, cujos factores mais importantes são a ampliação dos estados positivos partilhados e a redução dos estados afectivos negativos (Schore, 1994; Siegel, 1999).

O Papel da Vinculação na Comunicação Interpessoal

Em paralelo aos fenómenos da **Comunicação Emocional**, nós sabemos da existência de um sistema pré-programado que envolve vias cerebrais que influenciam e organizam os processos motivacionais e emocionais das memórias em relação às figuras dos cuidadores significantes, o qual foi designado de **Vinculação** e cujos processos foram inicialmente investigados por John Bowlby (1969). Numa definição recente, Peter Fonagy referiu-se a estes **processos da Vinculação** como aqueles que *“asseguram que os processos cerebrais que servem a cognição social estejam apropriadamente organizados e preparados para equipar o indivíduo para uma existência cooperativa e de colaboração com os Outros para o qual o Cérebro foi concebido”* (Fonagy, 2003, p.55).

Aliás, existe um consenso recente sobre as vantagens selectivas da **Vinculação**, dado que nós somos, uma das espécies de mamíferos mais profundamente vulneráveis e com um processo de maturação bastante lento e complexo, pois o bebé humano necessita de estar biologicamente preparado, desde o momento do seu nascimento, para procurar protecção a partir dos seus co-específicos ou membros mais velhos da mesma espécie. Estes, enquanto figuras de vinculação, estarão dispostos a providenciar cuidados básicos, muito além, dos cuidados físicos. Além disso, os estudos científicos sobre a **Vinculação** têm revelado que a organização de padrões de relacionamento vinculares durante a infância está associado *“com processos específicos da regulação emocional, do relacionamento social, do acesso à memória autobiográfica e ao desenvolvimento da auto-reflexão e da narrativa”* (Main, 1995).

Se bem que os comportamentos vinculares são observados, primariamente nas crianças; os adultos continuam a manifestar traços de vinculação através de toda a sua vida pessoal (Parkes e colab., 1991), pois os adultos seleccionam certas *“figuras de vinculação”* quando eles estão confrontados com circunstâncias de vida que lhe são emocionalmente fortes, em especial, os momentos negativos, a fim de encontrarem conforto, conselhos e apoio emocional. Estas pessoas ou figuras de vinculação podem ser os seus companheiros, namorados, amigos íntimos, ou mesmo conselheiros ou mentores, ou, ainda através de uma ajuda profissional, por um psicoterapeuta em situação individual ou grupal.

Assim a **Vinculação** pode ser entendida nos seus aspectos nucleares, como uma comunicação espontânea caracterizada por uma troca total e comprometida de sinais entre os membros de uma díade e baseada na responsividade e na sensibilidade dos pais para com os filhos, permitindo uma comunicação colaborante e espontânea entre ambos.

Actualmente considera-se que a essência da **Vinculação** se baseia no *“alinhamento de experiências internas ou estados mentais e numa partilha mútua de conjuntos de interações em que a criança e o cuidador se influenciam mutuamente”*, a isto Daniel J. Siegel (1999) designa de **sintonização emocional ou estados mentais**

ressonantes, que são baseados num “*relacionamento sintonizado transformador que deveria envolver os seguintes elementos fundamentais: a espontaneidade; a comunicação colaborante; os estados psico-biológicos sintonizados; as interações mutuamente partilhadas que envolvem a amplificação dos estados afectivos positivos e a redução dos negativos; a reflexão sobre os estados mentais e o ulterior desenvolvimento de modelos mentais de segurança que capacitam ou possibilitam a modulação emocional e as expectativas positivas para as interações futuras*” (Siegel, 1999, p.118).

Portanto nas **Vinculações sub-óptimas** surgem sempre padrões alterados de comunicação não espontânea, os quais podem ser ou desalinhados, ou inconsistentes, ou intrusivos, ou ainda uma fonte de desorientação e de desorganização mentais ou mesmo ainda de estados de terror nas crianças, estes dois últimos derivados de uma **Vinculação claramente desorganizada/desorientada** enquanto nos adultos que terão sido objecto durante as suas infâncias de rejeições e negligências emocionais, nós encontramos estilos de relacionamentos com os seus filhos marcados por **Vinculações de tipo evitante** em que a sua comunicação parece ter pouca sensibilidade aos sinais e à sintonização emocional e as suas narrativas reflectem um certo isolamento e distância, na intimidade interpessoal, na relação com os seus corpos e com o seu passado infantil.

Os adultos que provavelmente experienciaram de cuidados infantis disponíveis de modo inconsistente e de comunicação de tipo intrusivo, tendem a promover uma vinculação cheia de ansiedade, incerteza e ambivalência, revelando uma **Vinculação ansiosa / ambivalente** e as crianças destes adultos experienciam os estados mentais preocupados destes, que os impedem frequentemente de perceberem as necessidades dos filhos de modo consistente. As narrativas destes adultos são marcadas por intrusões de certos estados mentais do passado que perturbam as suas capacidades de revelarem uma comunicação espontânea com os seus próprios filhos.

Por fim, apurou-se nos adultos que não foram capazes de ajudar os seus filhos na resolução de traumas e de perdas destes, isto é o indicador mais significativo associado com a forma de vinculação infantil mais perturbada, a **Vinculação desorganizada/desorientada** encontrando-se os filhos destes últimos grupo de adultos, em maior risco de desenvolverem perturbações psiquiátricas.

Assim, uma **Vinculação insegura** pode servir como um significativo factor de risco no desenvolvimento de psicopatologia (Jones e colab., 1996), enquanto uma **Vinculação segura** parece conferir uma forma de **resiliência emocional** (Rutter, 1987, 1997).

Portanto as interações que sejam sensíveis aos sinais de comunicação, com predomínio de comunicações espontâneas e de diálogo reflexivo, são aquelas interações que promovem mais uma comunicação interpessoal emocionalmente sintonizada e que irão facilitar a auto-organização do Self, o desenvolvimento do sentido de coerência interna e o aumento das capacidades de **Mentalização**, as bases fundamentais para a Saúde Mental de cada um (Siegel, 1999).

A Importância da Mentalização na Comunicação Emocional e na Interação Interpessoal

Um aspecto evolucionário e de desenvolvimento dos **processos da Vinculação** que tem sido objecto de investigações recentes, é o aumento das capacidades da **Mentalização**, cujo conceito está ligado a linhas de estudo realizadas por investigadores, como, Peter Fonagy, Mary Target, Gyorgy Gergely, Anthony Bateman, Jeremy Holmes, Glen O. Gabbard, entre outros, os quais definiram e operacionalizaram uma chamada **Função Interpretativa interpessoal (F.I.I.)**, a qual não é, nem o conceito de “*modelo de trabalho interno*” de John Bowlby, nem o conceito de “*Como Ser-se com*” de Daniel Stern e colaboradores (1998). Nesta função interpretativa interpessoal (FII), eles separam os processos orientados cognitivamente (FII-C) de um conjunto de processos orientados pelas emoções ou pelos afectos (FII-A). Neste último conjunto, incluíram, a noção de **afectividade mentalizada**, um processo mental que se refere à vivência e ao conhecimento simultâneos de uma sensação e para estes autores “*a regulação dos afectos ou a capacidade para modular os estados emocionais, está intimamente relacionada com a Mentalização ou Função Reflexiva, a qual joga um papel fundamental no desabrochar do Sentido do Self e da Representação. Nesta perspectiva, a regulação dos afectos é um prenúncio para a Mentalização*” (Fonagy, 2006, p.70).

Para Peter Fonagy e Mary Target existem quatro mecanismos de controlo e processamento emocionais, os quais contribuem para os desdobramentos ao longo do desenvolvimento da função interpretativa, sendo eles: o reconhecimento e a etiquetagem dos afectos, a regulação da excitação, o controlo e as capacidades específicas da mentalização (Fonagy & Target, 2002), os quais são servidos por três distintos nós cerebrais inter-conectados e interactivos relacionados com a detecção social, a regulação afectiva e a regulação das cognições (Adolphs, 2003), (Nelson e colab. 2005).

O primeiro nó interactivo e de interconexão consiste num conjunto pré-estabelecido de estruturas que classificam os estímulos como sociais e decifram ou detectam a sua finalidade social. As áreas que fazem parte deste nó de detecção social incluem, as seguintes áreas cerebrais: área da face fusiforme, o sulcus temporal superior e o córtex temporal anterior (Fonagy, 2006).

O segundo nó interactivo e de interconexão está envolvido com os afectos e abarca as regiões do cérebro envolvidas na recompensa e na punição. A produção dos afectos impregna o estímulo social com significação emocional e ajusta ou regula a estimulação emocional. Este sistema tem um papel significativo na medição da experiência da Vinculação e é activada por estímulos relacionados com a Vinculação. As regiões cerebrais envolvidas neste nó de regulação emocional são: a amígdala, o hipotálamo, o núcleo accumbens, o núcleo base da estria terminalis. Estas regiões interagem com o nó da detecção social, dando-lhe significado emocional ao estímulo social (Fonagy, 2006).

O terceiro nó está envolvido na regulação das cognições e nas suas funções-chave que incluem a inibição das respostas pré-potentes, serve de medianeiro do comportamento orientado por objectivos e a mentalização. As regiões que participam neste nó de regulação das cognições são, o córtex pré-frontal dorso-mediano e o córtex pré-frontal ventral (Fonagy, 2006).

Comentários:

Portanto nós podemos afirmar que os **fenómenos da Comunicação Emocional e da Interação Interpessoal** são básicos e antecedem outros fenómenos de nível superior ou cognitivo e que podem promover a reorganização do Self, o desenvolvimento do sentido da coerência interna, assim como, eles contribuem para o aumento das capacidades de **Mentalização** e que ocorrem quando as pessoas estão expostas de modo intensivo, continuado e por longos períodos a situações de intensa interação dual ou grupal (David, 2004).

O **Espaço Grupanalítico** é um local e cenário com as condições necessárias e suficientes para tais fenómenos ocorrerem, pois as condições de intimidade, sigilo e abertura, num ambiente seguro e facilitadas com uma situação de “face a face”, permitem o desenrolar das mais variadas dinâmicas de **Comunicação Emocional e de Interação Interpessoais**, desenvolvendo-se a diversos níveis, os quais são revelados por momentos de intensa trocas de sensações e vivências entre os membros do grupo e entre estes e o grupanalista.

Estas trocas afectivas e emocionais vão estimular no grupanalista a vivência de certas sensações, vivências e pensamentos, que o colocam próximo daquilo que poderá ser o tipo de vivências daquele analisando, naquele momento e esta forma de comunicação não-verbal, será experienciada pelo analisando, como se ele estivesse a ser compreendido em níveis de profundo significado para si. O grupanalista deverá estar disponível, para desenvolver esta sensibilidade particular para estes sinais, colocando-se numa posição mental interna de duplo registo, isto é, ora como “receptor” das sensações, estados emocionais e mentais enviados, ora por algum dos membros do grupo, ora por partes da rede relacional, alternando com a de “avaliador” das suas sensações, estados emocionais e mentais dado que a sua sensibilidade aos sinais dos pacientes lhe permitirá o surgimento dentro de “Si”, de certas “respostas internas” em termos de estados mentais equivalentes ou complementares, as quais irão “orientar” através da auto-consciência sobre tais “respostas”, como elaborar e iniciar a expressão das suas intervenções/interpretações.

Pelo que foi afirmado até agora, o autor julga ser possível colocar a seguinte hipótese de trabalho: A “efectividade” da actividade interpretativa do grupanalista dependerá ou não dos momentos em que ele é capaz de captar as informações derivadas das avaliações sobre os seus estados internos e mentais que são

resultantes dos impactos da Comunicação Emocional gerada através das dinâmicas de Interação Interpessoal ocorrida dentro do Espaço Grupal? Ou de uma maneira mais “tradicional” e grupanalítica: em que circunstâncias, a actividade interpretativa do Grupanalista é mais adequada e produtiva no Processo Grupanalítico? Quais as variáveis mais pertinentes na interação entre o Padrão e a Matriz Grupal e vice-versa?

Bibliografia:

- Adolphs, R. (2003). Cognitive neuroscience of human social behavior. *Nature Reviews*, n. 4, p. 165-178.
- Alexander, F. & French, T. (1946). *Psychoanalytic Therapy: Principles and Applications*, Ed. Ronald Press, New-York.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss, Vol.1: Attachment*. Ed. Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, London.
- Brown, D. (1994). “Self development through subjective interaction: fresh look at ego training in action”. In: (Eds.) D. Brown and L. Zinkin. *The Psyche and the Social World*. Ed. Routledge, London.
- David, M. (2004). *Comunicação Afetiva/Interação Emocional no Processo Grupanalítico*. In: *Revista Grupanaliseonline.pt*, Ano II, Novembro, p. 17-24, Lisboa Disponível em: <http://www.spgrupanalise.pt>.
- Fonagy, P. & Target, M. (2002). Early Intervention and the development of the self-regulation, *Psychoanalytic Inquiry*, n. 22, p. 307-335.
- Fonagy, P. (2003). The development of psychopathology from infancy and adulthood: mysterious unfolding of disturbance in time. *Infant Mental Health Journal*, n. 24, p. 212-239.
- Fonagy, P. (2006). The Mentalization-Focused Approach to Social Development. In: (Eds.) Jon G. Allen & Peter Fonagy. *Handbook of Mentalization-based Treatment*. Ed. John Wiley & Sons, Ltd., p. 53-99, USA.
- Foulkes, S.H. & Anthony, E.J. (1957/1984). *Group Psychotherapy – The Psychoanalytic Approach*. Ed. Karnac, London.
- Foulkes, S.H. (1964). *The Therapeutic Group Analysis*. Ed. George Allen & Unwin, London.
- Green, V. (2003). Emotional Development – biological and clinical approaches – towards integration. In: (Ed.) Viviane Green. *Emotional Development in Psychoanalysis, Attachment Theory and Neuroscience – Creating Connections*. Ed. Brunner-Routledge, p.1-19, USA, Canada.
- Hofer, M.A. (2004). Hidden regulators in attachment, separation, and loss. The development of emotion regulation: Biological and Behavioral consideration. In: (Ed.)

- N.A. Fox. Monographs of the Society for Research in Child Development, vol. 59(2-3, Serial Nº. 240), p. 192-207.
- Jones, E., Main, M., & Del Carman, R. (Eds.) (1996). Attachment and psychopathology [Special Section]. Journal of Consulting and Clinical Psychology, vol. 64, n.2.
- Main, M. (1995). Attachment: Overview, with implications for clinical work. In: (Eds.) S. Goldberg, R. Muir, & J. Kerr. Attachment theory: Social, development and clinical perspectives. Ed. Analytic Press, p.407-474, Hillsdale / New Jersey.
- McCraty, R. Aktinson, M. Tomasion, D., & Tiller, W.A. (1998) The electricity of touch: Detection and measurement of cardiac energy exchange between people. In: (Eds.) K.H. Pribam & J. King. Brain and values: Is a biological science of values possible?. Ed. Erlbaum, p. 359-379, Hillsdale / New Jersey.
- Nelson, E.E., Leibenluft, E., McClure, E.B., & Pine, D.S. (2005). The social re-orientation of adolescence: a neuroscience perspective on the process and its relation to psychopathology. Psychological Medicine, n. 35, p.163-174.
- Panksepp, J. (1998). Affective Neuroscience. The Foundations of Human and Animal Emotions. Series in Affective Science, Ed. Oxford University Press, Oxford / New-York.
- Parkes, C. M., Stevenson-Hinde, J., & Marris, P. (1991) Attachment across the life cycle. Ed. Routledge, London.
- Rutter, M. (1987). Psycho-social resilience and protective mechanisms. American Journal of Orthopsychiatry, n. 57, p. 316-331.
- Sapolsky, R.M. (1997). The importance of well-groomed child. Science, n.277, p.1620-1621.
- Schore, A.N. (1994). Affect regulation and the origin of the self: The neurobiology of emotional development. Ed. Erlbaum, Hillsdale / New Jersey
- Schore, A.N. (2003). Affect Dysregulation & Disorders of the Self. Ed. W.W. Norton & Company, New-York / London.
- Siegel, D.J. (1999). The Developing Mind: Toward a Neurobiology of Interpersonal Experience. Ed. Guilford Press, New-York.
- Stern, D. N. (1985). The interpersonal world of the infant. Ed. Basic Books, New-York.
- Stern, D., Sander L., Nahum, J., Harrison, A., Lyons-Ruth, K. et al. (1998). Non-interpretive mechanisms in psychoanalytic therapy: the “something more” than interpretation. International Journal of Psycho-Analysis, n. 79, p. 903-921.